

Comunicado

A Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, CCP reuniu hoje a sua Comissão Executiva para fazer uma avaliação das medidas adoptadas pelo Governo face à pandemia.

Desta reunião foi possível concluir ao nível das medidas adoptadas pelo Governo que se mantêm um conjunto de constrangimentos que limitam drasticamente o seu impacto.

1) Não só as **linhas de financiamento** chegaram inexplicavelmente tarde, só esta semana, como **os empréstimos bancários ainda não chegaram às empresas**. Esta situação dificulta e em muitos casos impede não só o pagamento dos salários de Abril, tal como a CCP tem vindo a dizer, mas igualmente complica seriamente o cumprimento dos prazos de pagamento entre empresas. **2)** O que está a acontecer com **os seguros de crédito** é altamente preocupante. Aparece como um comportamento uniforme das Seguradoras de Crédito a **redução, muitas vezes para metade**, das coberturas de crédito de clientes, abrangidas, inclusivamente, por apólices de seguro anteriores. Sem estes instrumentos torna-se extremamente complicado fazer qualquer tipo de negócios em particular de produtos importantes para a defesa da saúde pública.

3) Verificam-se também **restrições com o regime de lay off simplificado**, nomeadamente, o entendimento da Segurança Social no sentido da **não inclusão do valor pago aos trabalhadores a título de comissões** no conceito de Remuneração ilíquida mensal. Essa opção do governo origina conflitualidade laboral desnecessária e **marginaliza o efeito do lay off na remuneração de milhares de trabalhadores**.

4) A CCP continua ainda muito preocupada com a **ausência de apoios aos sócios gerentes** de pequenas ou microempresas que **pelo facto de terem apenas um empregado**, por exemplo, ficam sem acesso a qualquer apoio social. Esta medida **revela uma completa insensibilidade social em relação a milhares de empresários** do comércio, restauração, reparação automóvel, serviços como cabeleireiros, etc.

5) Finalmente, sobre o levantamento progressivo das restrições existentes, a opinião dos vários sectores foi unânime no sentido de que - com alguma prudência e **garantidas condições quer ao nível da protecção individual das pessoas, quer ao nível de alguma flexibilização de horários que permita assegurar transportes e ambientes de trabalho seguros** - é fundamental retomar a actividade económica e colocar o país de novo a funcionar.